



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Estado do Rio de Janeiro

LEI Nº.4.308 , DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR DENTRO DO
ORÇAMENTO VIGENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementado o Orçamento em vigor, por abertura de crédito adicional especial por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 96.065,94 (noventa e seis mil, sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), para a inclusão no orçamento vigente, de programa e ação, objetivando a Construção de Galpão na Secretaria Municipal de Agricultura, conforme descrito a saber:

Unidade Orçamentária: 02.011 – Sec. Mun. de Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 606 – Extensão Rural

Programa: 0140 – Convênios

Ação: 1.072 – Convênios da Secretaria de Agricultura

Fonte de Recursos: 749 – Outras vinculações de Transferências

Valor: R\$ 96.065,94

Art. 2º – O respectivo programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária – Secretaria Municipal de Agricultura, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no Art. 1º.

Art. 3º – A fonte de recurso para o referido Crédito Adicional Especial advirá de transferências concedidas pela União conforme Convênio nº 872685/2018 – Contrato de Repasse nº.1056069-82/2018, firmado entre o Município de Santo Antônio de Pádua e o Ministério da



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Estado do Rio de Janeiro

Agricultura e Pecuária em conformidade com o disposto no Art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64. no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - Fica neste ato o Poder Executivo autorizado a criar os elementos de despesa para execução do Programa e sua referida Ação, bem como a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - O Programa e sua Ação ficam neste ato aditados à Lei Municipal nº 4.132 de 08 de Novembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual – 2022 a 2025, à Lei Municipal nº 4.266 de 30 de Junho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração orçamentária de 2024 e à Lei Municipal nº 4.295 de 29 de Novembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, 28 de fevereiro de 2024.

Paulo Roberto Pinheiro Pinto

Prefeito

